

AULA 03 — A Lei de Terras de 1850

ROTEIRO DE AULA · leitura do professor

UC8 – Narrativas de Identidade e Nação · 2^{os} anos A, B, C, D e E · 90 minutos · Prof. Ulysses Cesar

Item	Detalhe
Duração	90 minutos (2 aulas geminadas)
Material	Handout AULA 03 – Lei de Terras de 1850 e versão adaptada
No quadro	Antes da aula, escrever apenas duas datas, grandes e separadas: 4 DE SETEMBRO DE 1850 · 18 DE SETEMBRO DE 1850
Objetivo	Que o estudante entenda como uma norma formalmente neutra produz exclusão em massa
Recolher	Bloco 2 da Aula 02
Formato	Grupos de três ou quatro — a atividade desta aula é coletiva

COMO USAR ESTE ROTEIRO

Os textos em corpo grande são para ler em voz alta — pode ler literalmente ou parafrasear.

As caixas coloridas NÃO são para ler: são instruções para você.

Os tempos são referência, não obrigação. Se a turma render, aprofunde; se travar, corte pelo que está marcado como opcional ao final.

00 – 12 min · ABERTURA · A pergunta do advogado

AÇÃO

Recolha o Bloco 2 da Aula 02 enquanto conduz a abertura. Ainda não distribua o handout.

Hoje eu vou começar como advogado, não como professor de literatura. E advogado começa sempre pela mesma pergunta.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva grande: DE QUEM É ESTA TERRA? E POR QUÊ?

PERGUNTE À TURMA

Como é que alguém prova que uma terra é dele?

PAUSE E ESCUTE

Vão responder: escritura, documento, comprou, registro em cartório. Anote no quadro.

Guardem essa resposta de vocês. Ela parece óbvia hoje. E ela não era óbvia em 1850.

Durante mais de trezentos anos, no Brasil, a resposta foi outra: era dono quem ocupava e trabalhava a terra. Quem chegava, derrubava mato, plantava, construía casa e ficava. Isso bastava.

PERGUNTE À TURMA

Se amanhã saísse uma lei dizendo que só é dono de imóvel quem apresentar nota fiscal de compra, quem seria beneficiado no bairro de vocês? E quem perderia o que já tem?

PAUSE E ESCUTE

Deixe pensarem alguns segundos. Não precisa responder em voz alta — a pergunta trabalha sozinha.

Essa é exatamente a pergunta que a Lei número 601, de 18 de setembro de 1850, colocou para o Brasil inteiro. E a resposta que ela produziu moldou o país que existe hoje.

12 – 25 min · COMO SE TINHA TERRA ANTES

AÇÃO

Distribua o handout e organize os grupos de três ou quatro já agora, para não perder tempo depois.

As sesmarias

Antes de 1822 havia as sesmarias: doações feitas pela Coroa portuguesa a quem se compromettesse a ocupar e cultivar. Não era venda, era distribuição. O rei queria alguém ocupando o território em nome dele.

E as sesmarias iam para quem tinha prestígio, cabedal e ligação com a Corte. Nada acessível a gente comum. O sistema acabou em 1822, no ano da independência.

A posse

Aí vem o detalhe que quase ninguém conta. Entre 1822 e 1850, o Brasil ficou quase trinta anos SEM nenhuma lei geral sobre aquisição de terra.

PERGUNTE À TURMA

O que vocês acham que acontece num país sem lei de terras por trinta anos?

PAUSE E ESCUTE

Alguém vai dizer: cada um pegava. Está certo, e é justamente esse o ponto.

A posse efetiva virou a regra prática. E prestem atenção no que isso significa: era um caminho aberto a gente pobre. Um posseiro sem dinheiro, sem sobrenome e sem contato na Corte podia, com trabalho e tempo, virar dono daquele pedaço de chão.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva os dois termos, um embaixo do outro: POSSE = situação de fato · PROPRIEDADE = situação de direito

Posse é a situação de fato: a pessoa mora, planta, se comporta como dona. Propriedade é a situação de direito: tem título reconhecido. Normalmente as duas andam juntas. Mas elas podem se separar — e é bem nessa separação que se decide quem fica com a terra.

25 – 40 min · O QUE A LEI DETERMINOU

Agora vamos ao texto. Eu quero que vocês leiam comigo, devagar, porque cada palavra aqui foi escolhida.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva o artigo por extenso: "Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra."

PAUSE E ESCUTE

Deixe copiarem. Não avance enquanto estiverem escrevendo.

PERGUNTE À TURMA

Alguém traduz isso para o português do dia a dia?

PAUSE E ESCUTE

Conduza até: a partir de agora, o único jeito de virar dono de terra pública é pagando em dinheiro.

É isso. Uma frase curta, de aparência técnica, absolutamente neutra. Não fala de raça, não fala de cor, não fala de quem merece ou não merece. Fala de compra.

A lei também previu uma janelinha: quem já era possessor podia legitimar a posse, provando cultivo efetivo e moradia habitual. Só que para isso tinha que registrar uma declaração. E aqui vem o detalhe que eu considero o mais extraordinário da aula.

CURIOSIDADE PARA CONTAR · O REGISTRO DO VIGÁRIO

O regulamento da lei, de 1854, determinou que as declarações de posse fossem feitas perante o VIGÁRIO de cada freguesia. Ficou conhecido como Registro do Vigário. Ou seja: num país onde a maioria da população era analfabeta, o cadastro de terras passava por documento escrito, pela igreja e por um prazo determinado. Quem não sabia ler, não sabia do prazo ou não tinha como chegar à sede da freguesia simplesmente ficou de fora.

Reparem que não houve confisco. Ninguém chegou tomando terra de ninguém à força. A lei só mudou a regra de aquisição e criou um procedimento formal. O efeito foi a exclusão; o texto é impecável.

40 – 55 min · A PERGUNTA QUE DESMONTA A NEUTRALIDADE

Agora vem o exercício central desta aula, e ele vale para qualquer norma que vocês encontrarem pelo resto da vida.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva em destaque: DIANTE DE UMA REGRA NEUTRA, PERGUNTE QUEM REÚNE CONDIÇÕES DE CUMPRIR-LA.

PERGUNTE À TURMA

A lei diz que terra se adquire por compra. Então: quem tinha dinheiro no Brasil de 1850?

PAUSE E ESCUTE

Deixe a turma responder. Vão dizer: fazendeiros, ricos, os donos. Anote.

Fazendeiros, comerciantes, traficantes de escravizados que tinham acumulado capital, gente da Corte. Um grupo pequeno.

PERGUNTE À TURMA

E quem não tinha?

PAUSE E ESCUTE

Deixe eles listarem. Pessoas escravizadas, libertos, posseiros pobres, indígenas, imigrantes recém-chegados.

A imensa maioria da população. Então a lei era rigorosamente igual para todos — e exatamente por isso aprofundou a desigualdade.

LIGAÇÃO · DIREITO · IGUALDADE FORMAL E IGUALDADE MATERIAL

Este é o conceito mais importante do semestre e vale a pena nomear: IGUALDADE FORMAL é tratar todo mundo do mesmo jeito. IGUALDADE MATERIAL é considerar que as pessoas partem de posições diferentes. Uma regra formalmente igual, aplicada a pessoas materialmente desiguais, aprofunda a desigualdade. É o fundamento jurídico das cotas, que vamos estudar no quarto bimestre.

E eu quero dar um exemplo de hoje, para vocês verem que isso não é assunto de museu. Um concurso público com inscrição só pela internet, com taxa e prazo curto, é formalmente igual para todos. Mas atinge de um jeito quem tem computador em casa e de outro jeito quem depende de lan house.

Reconhecer isso não é acusar ninguém de má-fé. É analisar o efeito real da norma.

55 – 68 min · O ANO EM QUE TUDO SE ENCAIXA

Agora eu vou mostrar o dado que transforma esta aula. Olhem para o quadro.

AÇÃO

Aponte para as duas datas que você escreveu antes da aula. Não fale nada por três segundos. Deixe eles olharem.

Quatro de setembro de 1850: Lei Eusébio de Queirós. Ela reprime efetivamente o tráfico de africanos escravizados para o Brasil. Acabou a entrada.

Dezoito de setembro de 1850: Lei de Terras. Terra só por compra.

PERGUNTE À TURMA

Quantos dias tem entre uma e outra?

PAUSE E ESCUTE

Deixe alguém contar. Catorze dias. Deixe o número no ar.

Catorze dias. A elite brasileira sabia que, cessando a entrada de pessoas escravizadas, a escravidão tinha prazo de validade. E tratou de garantir, antes que isso acontecesse, que a terra não estivesse disponível para quem um dia sairia do cativeiro.

Fecha-se a porta de entrada de gente. E fecha-se, na mesma quinzena, a porta de acesso à terra.

E tem uma terceira peça, que fecha o quadro. A própria Lei de Terras previu que o dinheiro da venda das terras públicas financiaria a vinda de colonos livres da Europa.

PERGUNTE À TURMA

Vocês entenderam o que isso significa?

PAUSE E ESCUTE

Conduza: o dinheiro da terra que os pobres não podiam comprar ia pagar a passagem dos trabalhadores que iriam substituí-los.

Quando a abolição chegasse, a mão de obra substituta já estaria a caminho. E a população recém-liberta não teria nem terra nem prioridade no emprego. Isso não é teoria: está escrito na lei.

68 – 82 min · ATIVIDADE EM GRUPO

AÇÃO

Explique a divisão: Bloco 1 e questões 1 a 4 agora, em grupo. Bloco 2 e questões 5 a 7 em casa.

A questão 3 é a mais importante. Ela pede a relação entre as duas leis de setembro de 1850 — e proíbe usar a palavra coincidência. Quero ver vocês construírem o argumento.

AÇÃO

Circule pelos grupos. Para quem travar, use a pergunta-chave: se você fosse dono de terras em 1850 e soubesse que a escravidão ia acabar, o que você faria antes que acabasse?

PAUSE E ESCUTE

Nos últimos cinco minutos, peça que um grupo leia a resposta da questão 3 em voz alta. Compare com a de outro grupo. É onde a aula assenta.

82 – 90 min · FECHAMENTO

Duas datas para fechar, e elas explicam boa parte do Brasil.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva embaixo das outras: 1850 — TERRA SÓ POR COMPRA · 1888 — LIBERDADE SEM DINHEIRO

A Lei Áurea, de 1888, tem dois artigos. O primeiro declara extinta a escravidão. O segundo revoga as disposições em contrário. Só isso. Não tem terceiro artigo.

Nenhuma previsão de terra, de indenização, de escola, de trabalho, de moradia. Setecentas mil pessoas foram declaradas livres num país onde a terra já estava fechada por lei havia trinta e oito anos.

Vocês vão ler isso no Bloco 2, em casa. E vão comparar com o que os Estados Unidos fizeram, que foi o contrário — e mesmo assim terminou parecido.

É por isso que a gente diz que a desigualdade brasileira não é só herança da escravidão. Ela é resultado de decisões legislativas concretas, com data e número de lei. E agora vocês sabem o número: 601, de 18 de setembro de 1850.

AÇÃO

Lembre do Bloco 2. Registre no diário quem recebeu material adaptado e colha o recibo.

Se a turma perguntar (respostas prontas)

— Professor, mas se a lei valia para todos, qual é o problema?

Essa é a pergunta certa, e a resposta é a lição da aula: uma regra igual aplicada a pessoas em posições desiguais aprofunda a desigualdade. Exigir dinheiro de quem não tem, ou documento escrito de quem não sabe ler, é excluir sem precisar dizer que se está excluindo.

— Isso foi conspiração?

Não precisa supor conspiração para enxergar o desenho. Basta ler as duas leis na ordem em que foram publicadas e perguntar a quem aproveita o conjunto. É o que se faz em qualquer análise jurídica.

— Essa lei ainda vale?

A Lei de Terras foi sendo substituída ao longo do tempo, mas os efeitos dela permanecem: a estrutura fundiária brasileira se consolidou ali. E o raciocínio dela reaparece — vocês vão ver isso na Aula 9, quando estudarmos o marco temporal.

— Por que ninguém ensina isso?

Boa pergunta, e ela é parte da matéria. Lembrem da Aula 1: o currículo escolar é uma escolha sobre o que o país conta de si mesmo. Esta trilha existe por causa de duas leis, de 2003 e 2008, que ampliaram essa escolha.

Se faltar tempo, corte nesta ordem

1. O detalhe das sesmarias — pode ir direto para o vácuo legislativo de 1822 a 1850.
2. O exemplo do concurso público com inscrição pela internet.
3. O financiamento da imigração europeia, que volta na Aula 04 de qualquer forma.
4. Reduza a discussão da questão 3 em plenário a um único grupo lendo.

Se sobrar tempo

- Peça que os grupos redijam, em três linhas, um artigo alternativo para a Lei de Terras que não excluísse os pobres. Depois discuta: por que esse artigo não foi escrito em 1850?
- Projete ou leia o texto integral do art. 1º e do art. 12 da Lei nº 601 e peça que sublinhem os verbos. É um bom exercício de leitura de norma.
- Compare com a Lei Áurea: leia os dois artigos em voz alta e cronometre. Leva quinze segundos. O silêncio depois costuma ser eloquente.

Lembretes de inclusão

- Entregue a versão adaptada de forma reservada, sem anúncio à turma.
- Para estudantes com DI, trabalhe a oposição em duas colunas no caderno: ANTES DE 1850 / DEPOIS DE 1850. É a forma mais concreta de fixar o conteúdo desta aula.
- Para estudantes com TEA, informe no início que haverá trabalho em grupo e defina o grupo com antecedência, evitando a formação espontânea, que costuma ser fonte de ansiedade.
- Para estudantes com TDAH, atribua uma função específica dentro do grupo — relator, redator, cronometrista —, o que sustenta o foco melhor do que a tarefa difusa.

- Aceite resposta oral no lugar da escrita e registre no campo de observações.
- Colha a assinatura do recibo e registre no Diário conforme a Resolução nº 1/2017 – CEDF.